

Arquivo eclesiástico da arquidiocese da Paraíba: entre a teoria e prática de sua organização

Especialista Ricardo Grisi Veloso

ricardogrisiveloso@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1909189789679344>

Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

bernardinafreire@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0252677389291551>

Submetido: 03 abr. 2020

Publicado: 15 maio 2020

Resumo

Este artigo reflete o fazer arquivístico à luz da concepção teórico-conceitual da memória, pautado, sobretudo, na memória documental com vista a revelar a prática profissional exercida no âmbito do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, tomando-o como lugar de memória. Nesse sentido, se considerou os aspectos históricos da criação da Arquidiocese da Paraíba, a legislação dos arquivos eclesiásticos, a retrospectiva da criação do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e a memória da prática arquivística.

Palavras-chave: Arquivo eclesiástico. Prática arquivística. Arquidiocese da Paraíba. Memória documental.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre a importância da memória documental, a organização do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba e a sua importância para a sociedade paraibana aliada a prática do Fazer Arquivístico. O objetivo geral é analisar a importância da memória do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, em face da compreensão de uma prática arquivística que se deriva desde o projeto de organização do arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, coordenado pelas professoras Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Zeluíza da Silva Formiga Brandão, nos idos do final da década 80 e início de 90 e, posteriormente, até contemporaneidade.

Na esteira desse entendimento, tornou-se necessário estabelecer uma compreensão conceitual do arquivo como lugar de memória (NORA, 1993), e como estas são registradas ao passo da reflexão sobre as práticas arquivísticas como escrita de si (FOUCALT, 1992). Nesse sentido, ancoramo-nos em Halbwachs (1990, p. 80-81), ao refletir sobre a possibilidade de construção da história por meio da memória, especialmente sobre a forma de salvamento desta:

[...] é fixá-las por inscrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o

sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados?

Diante do que nos expõe o autor torna-se fundamental compreender que a memória não pode e não deve ficar atrelada a equivocada compreensão que, pejorativamente, muitas vezes, se sobressai em relação às bibliotecas, aos museus e muito diretamente aos arquivos "[...] *locales tenebrosos, repletos de viejos papeles arrumbados, polvorientos y hedidondos*" (ALBERCH FUGUERAS; CRUZ MUNDET, 1999, p. 10), chegando muitas vezes e equivocadamente a denominá-los de arquivo morto.

Comungando do pensamento de Halbwachs (1990), podemos afirmar que os arquivos eclesiais, compreendidos aqui como todos os fundos arquivísticos que se originam das igrejas, e nesse artigo especialmente, da Igreja católica, considerando o que estabelece o §1 do Cânone 486 do Direito Canônico ao dizer da necessidade de guarda de todos os documentos produzidos nas paróquias: "Todos os documentos respeitantes à diocese ou às paróquias devem ser guardados com o maior cuidado" e no §1 do Cânone 489 "haja na Cúria diocesana, outro arquivo secreto, ou pelo menos no arquivo comum um armário ou cofre absolutamente fechado à chave, que não possa ser removido do lugar, onde se guardem com o maior cuidado os documentos que devem ser conservados sob segredo".

Frente às determinações canônicas da igreja vão se constituindo os arquivos eclesiais. Na Paraíba, desde a criação da Arquidiocese da Paraíba, em 27 de abril de 1892 e a sua instalação em 4 de março de 1894, vem produzindo documentos que foram guardados, como bem instruiu o Canone 486, nos seus respectivos setores administrativos.

Foi durante o período do arcebispo Dom José Maria Pires (1965-1995), durante os anos de 1989 a 1992, que o arquivo foi organizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e inaugurado em 27 de abril de 1992, em comemoração ao centenário de criação da Diocese da Paraíba.

Desde então, o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba encontra-se aberto à consulta e pesquisa para usuários internos e externos. Fisicamente, localiza-se no Centro Cultural de São Francisco, no centro histórico da capital paraibana. Seu acervo documental é composto de documentos textuais, cartográficos, micrográficos, fotográficos dos séculos XVIII, XIX e XX. Desde sua abertura à pesquisa e consulta pública, o arquivo vem contribuindo na produção de diversos trabalhos científicos relacionados à história da Igreja Católica Romana na Paraíba e no Brasil, a exemplo dos trabalhos científicos: de MENESES, Marcondes Silva. **O processo de demolição e desmonte das irmandades religiosas na cidade da Parahyba (1923-1935): "O caso das Mercês"**. João Pessoa: UFPB, 2014. (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo), PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. João Pessoa: UFPB, 2012. (Dissertação em História), SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. João Pessoa: UFPB, 2011. (Dissertação em História) e entre outras. Nesse sentido, pode-se afirmar que os arquivos eclesiais se constituem em campos produtivos de testemunhos da história, celeiro da memória individual e social.

2 ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS: celeiro de memórias e histórias

O arquivo permanente da instituição tem como seu principal objetivo preservar a memória institucional registrada nos seus documentos, que segundo Bellotto (2004, p. 23) "[...] são eles os responsáveis pela passagem destes documentos da sua condição de 'arsenal da Administração' para a de 'celeiro da História'".

A memória, segundo Chauí (1996, p. 127), "em nossa sociedade, é valorizada e desvalorizada", esquecida e manipulada, ora consciente e ora inconscientemente pela estrutura mental em que vivemos. O arquivo que armazena a memória documental também a produz num relacionamento dialético, entre produzir e preservar, entre esquecer e lembrar.

Segundo Ricoeur (2008, p. 178), "[...] os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivos, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo, todos os tipos de rastros possuem a vocação de ser arquivados".

De acordo com Ricoeur (2008, p. 177) que define o arquivo "[...] como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social", que reflete o jogo de poder, do lembrar, do esquecer, do selecionar, do avaliar, do classificar e de representar a memória documental.

Ricoeur (2008, p. 178) analisa o arquivo como a transferência do testemunho oral para o testemunho escrito: "[...] a passagem do testemunho oral ao testemunho escrito, ao documento de arquivo, é, quanto a sua utilidade ou seus inconvenientes para a memória viva, remédio ou veneno – *pharmakon*", questionamento válido numa sociedade classificatória e seletiva, onde a memória é construída ao sabor do espaço/tempo.

Segundo a carta circular, a função pastoral dos arquivos eclesiásticos (1997, p. 01), publicada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja "[...] os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização". Os arquivos eclesiásticos estão preservados pelo Código de Direito Canônico que, segundo o Cânone 486 § 1: devem-se guardar com o máximo cuidado todos os documentos relativos à diocese e às paróquias.

Na esteira dessa compreensão este artigo objetiva analisar a importância da memória do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, para compreender a relação entre preservar a memória documental e ao mesmo tempo produzir a memória cotidiana de sua prática.

A ideia surgiu do interesse de analisar a importância da memória, pois, segundo Robert (1990 *apud* Jardim, 1995) "os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu fundamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada" e o próprio arquivo produz a sua memória no dia a dia das suas tarefas.

Dodebei (2010) afirma que a memória é a tensão entre lembrar e esquecer: "portanto, selecionar (esquecer) é uma condição determinante no processo de construção da memória, seja ela individual, coletiva, documentária concreta ou virtual".

Nora (1993) analisa que há lugar da memória "porque não há mais meios de memória", onde os arquivos representam "nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua

identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações".

A memória é de grande valor na compreensão que os indivíduos e a sociedade fazem da sua realidade subjetiva e objetiva, imagine uma vila, uma cidade, um estado e um país sem memória.

Segundo Chauí (1996), "a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais", contribuindo no processo de construção e reconstrução da realidade humana.

O Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba representa uma parte da memória institucional da Arquidiocese da Paraíba e, ao mesmo tempo, produz memória. Precisamos analisar e refletir sobre a sua contribuição nesse processo.

De acordo com Le Goff (1994), a memória não preserva tudo, passa-se por um processo de seleção, ora intencional ou não, dependendo das correntes que movem o mundo. Para ele, o que: "de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores". Sendo assim, este trabalho representa analisar a memória no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese Paraíba ao longo de sua existência e descrever as ocorrências de tal processo como se fosse um filtro capaz de selecionar e escolher.

Le Goff (1994) afirma que "tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva".

Na Igreja Católica Romana sempre houve uma preocupação com a preservação de sua memória. Apesar das interferências humanas, ela conseguiu ao longo do tempo preservar um conjunto documental importante para a história da humanidade.

Os Arquivos Eclesiásticos constituem-se de suma importância para a história da Igreja Católica Romana no Brasil e sua relação com o estado, possuindo acervos de relevância histórica. A Igreja Católica Romana está presente no Brasil desde a colonização portuguesa junto ao processo de ocupação do território. O novo mundo foi colonizado através do domínio português e da fé; com a cruz e a espada construíram-se arraiais, vilas e cidades, e foram criadas as novas freguesias, que de acordo com Câmara (2000), foi criada em 1586 a Freguesia de Nossa Senhora das Neves, na capital da Paraíba, em 1745 a Freguesia Nossa Senhora Rainha dos Anjos, em São Miguel de Taipú – PB, Freguesia São Miguel, em 1762, em Baía da Traição – PB, entre outras, onde o clero secular e o clero regular propagavam a fé católica no novo continente.

A área territorial da capitania da Paraíba, de acordo com Machado (1977), coube ao rei Felipe III que pediu à Santa Sé a criação de uma Prelazia ao norte da Bahia que, efetivamente, foi criada em 15 de julho de 1614 pela Bula *fasti novi orbis* do Papa Paulo V. A Prelazia compunha-se das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande que, por Carta Régia de 19 de fevereiro de 1616, nomeou o padre Antônio Teixeira Cabral no cargo de prelado administrador, fixando residência na cidade da Paraíba e permanecendo até 1622. Logo depois assumiu o cargo o administrador apostólico o padre Bartolomeu Ferreira Lagarto (1624-1627), sendo que a dita Prelazia foi extinta em 1628, a Paraíba pertencia à Diocese de São Salvador da Bahia.

impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros 'arquivos'.

Os "lugares de memória" constituem, segundo Le Goff (1994, p. 473), os lugares que representam a história "[...] lugares da memória coletiva". "Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história".

Na nossa sociedade de acordo com Chauí (1996, p. 127-128),

[...] a memória é valorizada e desvalorizada. É valorizada com a multiplicação dos meios de registro e gravação dos fatos, acontecimentos e pessoas (computadores, filmes, vídeos, fitas cassetes, livros) e das instituições que os preservam (bibliotecas, museus, arquivos). É desvalorizada porque não é considerada uma capacidade essencial para o conhecimento – podemos usar máquinas no lugar da nossa própria memória – e porque a publicidade e a propaganda nos fazem preferir o "novo", "o moderno", "a última moda", pois a indústria e o comércio só terão lucros se não conservamos as coisas e quisermos sempre o "novo". A desvalorização da memória também aparece na proliferação de objetos descartáveis, na maneira como a indústria da construção civil destrói cidades inteiras para torná-las "modernas", destruindo a memória e a História dessas cidades.

Segundo Silva *et al* (2009, p. 9), "para que haja preservação do Patrimônio Documental é extremamente necessário elucidar conceitos e aprimorar a educação de nosso povo sobre a importância e o valor desses documentos para a nossa sociedade".

Por esses motivos, os arquivos possuem significativa importância para a sociedade, o testemunho da memória institucional que, no caso específico, configuram-se em 26 anos de experiência, de início, em meados de março de 1990, quando fui aprovado como bolsista de Iniciação Científica no Projeto de Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, como estudante do curso de graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba.

No percurso, deparamo-nos com uma massa documental acumulada em salas da Arquidiocese da Paraíba e, como leigo em arquivologia, sentia que os documentos deveriam ser organizados e que serviriam para futuras pesquisas da história da Igreja Católica Romana na Paraíba, e, sobretudo para a memória individual e social do povo paraibano.

Em reuniões periódicas com as coordenadoras, as professoras Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Zeluíza da Silva Formiga Brandão, com a equipe, elas comentavam do valor histórico da documentação e a formação através do projeto de mão de obra qualificada em arquivologia, no momento em que a ciência arquivística dava os seus primeiros passos através da equipe do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), criado em 1976, como órgão suplementar da reitoria da Universidade Federal da Paraíba.

Durante o andamento do projeto, tínhamos reflexões entre a teoria e a prática do fazer arquivístico, reuniões com palestras e discussões em grupo sobre a história da Igreja Católica Romana na Paraíba, no Brasil e no mundo, análise e discussões

sobre a arquivística, a assessoria primordial da Dra. Heloísa Liberalli Bellotto, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e a leitura de seu clássico livro "Arquivos permanentes: tratamento documental", à época, provavelmente o que se tinha de mais atual e inovador no campo da arquivística, em particular dos arquivos permanentes.

Foram dois anos ininterruptos de muito trabalho e experiência, ao final dos quais foi concluído o projeto de organização do Arquivo Eclesiástico, finalizado com a inauguração do arquivo em 27 de abril de 1992, agora batizado como arquivo eclesiástico da Paraíba e rebatizado em 14 de agosto de 2015, pelo arcebispo emérito Dom Aldo Di Cillo Pagotto, SSS como Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

A sua abertura fez parte das comemorações do centenário da diocese da Paraíba (27.04.1892), quando Dom José Maria Pires no próêmio do guia do arquivo eclesiástico da Paraíba (1992, p. 1) escreveu: "[...] preciosos documentos salvos da injúria do tempo, recuperados à voracidade dos insetos e pequenos roedores, selecionados e tecnicamente dispostos para gáudio dos estudiosos e pesquisadores. A equipe do NIDHR trabalhou com tenacidade, com eficiência e, sobretudo, com amor".

Em maio de 1996, retornamos ao arquivo eclesiástico da arquidiocese da Paraíba, transferido do setor da oficina de restauração de bens móveis e integrados do Centro Cultural de São Francisco, para dar suporte e apoio à notária Laudereida Eliana Marques Morais, atendendo a solicitação da Notária que conseguiu outro servidor para contribuir e dar maior celeridade ao trabalho arquivístico, sendo, portanto, designado Ricardo Grisi Velôso.

O arquivo eclesiástico da arquidiocese da Paraíba tinha crescido muito em documentos e reconhecimento da instituição e da sociedade, tido como um arquivo referência em organização e com profissionais qualificados, já que a notária formada em História (UFPB) possuía o curso de especialização em organização de arquivos pela Universidade de São Paulo.

O profissionalismo imposto ao tratamento arquivístico exigiu do novo assistente também uma qualificação profissional a altura, nesse sentido cursou duas especializações, sendo a primeira em organização de arquivos (1996) e a segunda em história do nordeste contemporâneo (1997-1999) e as graduações em história e em bacharelado em Arquivologia (2010-2015), todos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Passando, em janeiro de 2001, a assumir, definitivamente, o arquivo eclesiástico da arquidiocese da Paraíba, com a saída da notária, dando continuidade ao fazer arquivístico. Entre as muitas atividades, no processo de organização do arquivo, registra-se, com certo destaque o projeto de microfilmagem dos livros de batismos, casamentos, óbitos e dispensas matrimoniais, do mais antigo até 1950, desenvolvido pela Sociedade Genealógica de Utah, atual Family Search (2003), o Projeto apresentado pelo professor Flávio Colaço Chaves, ex-padre, exerceu por muitos anos a função de juiz, na câmara eclesiástica da arquidiocese da Paraíba, nos processos matrimoniais, era um dos fundadores do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), sobre a digitalização das 29 (vinte e nove) cartas pastorais (1894-1935) do 1º bispo e arcebispo da arquidiocese da Paraíba, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques, as diversas exposições, a mudança física do arquivo (três vezes), o projeto de digitalização dos livros de batismos, casamentos e crismas de 1950 até 2013, os processos de ordenações (1822-1987) efetuadas pela Family Search (2013-2014), classificação e higienização documental, atendimentos aos usuários internos e externos, visitas guiadas, e orientação do estagiário (2013-2014), orientação a jovem aprendiz (2017-2019), programa do governo federal, criada pela Lei 10.097/2000,

para inserir o jovem no mercado de trabalho, organização da documentação administrativa do extinto colégio arquidiocesano Pio XII (1959-2005). Todas essas documentações compõem os fundos documentais: chancelaria, seminário arquidiocesano, cabido metropolitano/colégio de consultores, tribunal eclesiástico, conselho de assuntos econômicos, conselho de presbíteros, conselho pastoral e colégio arquidiocesano Pio XII.

Todos os esforços, em síntese aqui registrados, revelam que a documentação da Arquidiocese pode suscitar vários interesses por parte dos pesquisadores, e como estas possuem um valor significativo para a memória individual e social, considerando que nela encontramos registros de toda ordem que vão desde o batismos, casamentos, óbitos, processos de ordenação dos padres, a documentação das irmandades, Associações Pias e movimentos religiosos, as cartas pastorais dos arcebispos, a documentação das comunidades eclesiais de base, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), do movimento noelista da Paraíba, entre outras informações que podem contribuir para aclarar parte da história e das memórias sociais da província e república da Paraíba e de suas relações externa. Preservá-lo, se constitui em condição *sine qua non*, para com olhos no passado compreender o presente histórico.

A nossa memória é uma tensão entre lembrar e esquecer. Dodebei (2010) afirma que é nesse processo que tudo começou; pensamento compactuado também com Catroga (2001) ao afirmar: "[...] a de dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a seleccionar o seu passado, processo psicológico em que as escolhas são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir".

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa tratar-se de um registro de memórias, apesar de a narrativa construída nesta pesquisa ao registro de uma prática, contínua viva no cotidiano, como é o fazer arquivístico, na lida diária de um arquivo, que representa a memória documental de uma instituição religiosa tão presente na nossa sociedade e na história da Paraíba e do Brasil.

Nesse movimento, onde a memória é um processo de lembrar e esquecer. O que lembramos? O que esquecemos? O que deixamos de lembrar! Qual foi a lógica do nosso pensamento em desenvolver este relato? Respondemos a partir dos conceitos de memória e a sua importância científica no decorrer do desenvolvimento humano. Para Nora (1993, p. 9), "a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos" e, nesse sentido, "ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações".

Perpassado pela concepção conceitual de arquivo como um lugar de memória, faz-se necessário relevar os aspectos históricos da criação da Diocese da Paraíba, os fragmentos históricos da criação do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, suas lutas e resistências e a recordação de uma prática arquivística.

É preciso contextualizar para registrar através da escrita as nossas lembranças, recordações e fragmentos numa memória tão seletiva e dialética. O tempo longo, o tempo da memória não é apenas de um indivíduo, mas de um grupo (D'ALÉSSIO, 1993), garantindo a permanência do passado no presente, de acordo com Nora (1993, p. 9): "[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto", no nosso tempo de pensar e refletir, analisar e escolher e

praticar num mundo em que a memória é líquida e fluida. De acordo com Halbwachs (1990, p. 16), "[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais, só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos". Isso porque, em realidade, nunca estamos sós. "Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem".

Lembrar tanto quanto difícil esquecer, segundo Bloch (1965), "[...] a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica e tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele". De modo, que registrar a organização e importância do Arquivo Eclesiástico é de algum modo pensar a memória individual e social da arquivística paraibana e do Arquivo Eclesiástico.

Ecclesiastical archive of the Archdiocese of Paraíba: between theory and practice of its organization

Abstract

This article reflects the archival do in light of the theoretical and conceptual design of memory, based mainly on documentary memory to reveal professional practice carried out under the Ecclesiastical Archive of Archdiocese of Paraíba, taking them as a place of memory. In this sense it was considered the historical aspects of the creation of the Archdiocese of Paraíba, the law of ecclesiastical archives, retrospective creation of the Ecclesiastical Archives of Paraíba and the memory of archival practice.

Keywords: Archival practice. Ecclesiastical file. Archdiocese of Paraíba. Document memory.

REFERÊNCIAS

ALBERCH FUGUERAS, R.; CRUZ MUNDET, J. R. **Archívese**: los documentos del poder, el poder de los documentos. Madrid: Alianza, 1999.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BLOCH, M. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1965.

CÂMARA, E. **A evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.

CATROGA, F. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHAUÍ, M. A memória. *In*: **Convite à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996.

CÓDIGO DE DIREITO Canônico. São Paulo: Loyola, 2001.

D'ALÉSSIO, M. M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 97-103, ago. 1993.

DODEBEI, V. L. D. L. de M. Informação, memória, conhecimento: convergências de campos conceituais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2010.

FOUCAULT, M. Escrita de si. *In*: **O que é um autor**. Lisboa: Passagens/Vega, 1992.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista de Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em:
https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf.
Acesso em: 16 dez. 2019.

LE GOFF, J. Memória. *In*: **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

MACHADO, M. L. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1977.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A função pastoral dos arquivos eclesiais**: carta circular, 2 fev. 1997. Cidade do Vaticano: IGER, 1997.

RICOEUR, P. Fase documental: a memória arquivada. *In*: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.

SANTOS, E. A. dos; VELÔSO, R. G. **O ano sacerdotal e o clero da arquidiocese da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2010.

SEVERIANO, F. **A Diocese da Parahyba**. Parahyba do Norte: TYP da "Imprensa", 1906.

SILVA, M. A. T. da; CRUZ, A. S. da; CAMPOS, F. M.; DIAS, G. A. A importância dos arquivos públicos na construção da memória da sociedade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em:
http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php. Acesso em: 16 fev. 2019.